

O preço do alvará

Paulo Pestana

A administração do Plano Piloto protesta. Em correspondência enviada ao jornal a diretora da Divisão de Licenciamento de Atividades Econômicas, Sílvia Froener, registra que jamais "se vendeu alvará de funcionamento a quem quer que seja". A resposta vem a propósito da acusação de um dos maiores produtores de **shows** da cidade, Luiz Fernando Artigas, que garantiu ter dado 20 ingressos em troca da liberação do alvará competente para um espetáculo.

Sílvia Froener garante que uma sindicância foi aberta para se saber se o fato realmente existiu e quem teria recebido os ingressos. Ela protesta contra as acusações "frágeis e vazias" de Artigas e pede que ele prove o que diz. Da outra ponta desse enrolado novelo, Artigas se explica: "A citada carta encaminhada ao jornal foi um gesto de desabafo, correspondendo a uma aproximação iniciada pelo repórter, que demonstrou simpatia às dificuldades que nós, produtores de espetáculos, enfrentamos para viabilizar nosso trabalho".

Prosseguiu Artigas que "o ponto central da carta se firmou na falta de compreensão de setores de órgãos públicos e da própria imprensa, da necessidade de se apoiar nossa atividade, que em última instância concorre para o crescimento cultural e econômico da nossa capital federal". Mais adiante ele admite falhas nas palavras usadas, "que não expressam claramente nossas colocações".

Está tudo muito bem justificado, inclusive porque Artigas não nega ter dado 20 ingressos para a Administração do Plano Piloto, segundo ele a título de cortesia, como faz inclusive "com a imprensa", garante. Nunca se tentou, neste espaço, limitar a quem os produtores de espetáculos devem dar ou não ingressos de cortesia. Artigas tem o direito de, como procede, ceder entradas para emissoras de rádio que fazem promoções ou para os jornalistas que mais gosta para assistirem aos **shows** promovidos por ele.

O que se deve deixar claro é

que um órgão do governo não tem que ter simpatia por quem quer que seja para cumprir seu dever de "servidor". Isso provoca a "compra" de simpatia. Artigas é um empresário, e, pressionado pela burocracia e descrente de uma justiça que resolve rapidamente um problema de alvará, ele prefere ter a "simpatia" do órgão público. Não se culpe ele e sua produtora por isso, já que é uma situação comum a qualquer brasileiro, hoje.

A diretora de Administração do Plano Piloto diz que o mais grave é que a denúncia, feita de forma genérica, recai "indiretamente sobre todos os servidores que neste órgão labutam, pes-

soas de moral irrepreensível e conduta profissional ilibada". Artigas, em momento algum, generalizou sua acusação, e a Administração do Plano Piloto foi citada apenas como um exemplo, desde que ele também tem que distribuir ingressos para ganhar a "boa vontade" de outros órgãos que teriam a obrigação de

ajudar a um espetáculo.

A situação, porém, existe. Os empresários deveriam parar de provocar esta pequena corrupção aliás, corrupção pode ser maior ou menor? e os órgãos públicos deveriam parar de aceitar gentilezas e gorjetas para cumprir sua função. Mas nem mesmo o Mandrake poderia provocar a ilusão de que alguma coisa vai mudar.

P.S. — A função dos jornais não é apenas apoiar ou não um espetáculo. O compromisso que o **Correio Braziliense** tem com seus leitores obriga o jornal a noticiar tudo. O jornal não tem compromisso com produtores culturais ou com ingressos gratuitos, que eventualmente sejam distribuídos.

**A função
dos jornais
não é
apoiar ou
ignorar
este
ou aquele
espetáculo.
Seu dever
é noticiar**
